

Ata da Reunião Ordinária do CERMA/PR – 16/03/2017

No décimo sexto dia do mês de março de dois mil e dezessete, às 8h30, no Mini Auditório Mario Lobo, Térreo, do Palácio das Araucárias – Rua Jacy Loureiro de Campo s/n, nesta Capital, foi realizada a Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR. Fizeram-se presentes, no período da manhã, conforme convocação prévia: **Governamentais: Lucimar Godoy** (SESA), **Maria Tereza Rosa** (SEDS), **Mariana Dallo** (Ccivil), **Celma Rosa dos Santos** (SETI), **Fátima Ikiko Yokohama** (SEJU), **Vladimir Luiz de Oliveira** (SESP), **Benedito Izidoro Diniz** (SEEC) e **Ines Carnieletto** (SEED). **Sociedade Civil: Ozeil Moura dos Santos** (Centro de Integração Social, Cultural, Comercial e Turístico – Afro Brasileiro), **Elizete Sant’Anna de Oliveira** (Serviço Pastoral do Migrante – SPM), **Edésia de Souza Sato** (Pastoral Migratória Arquidiocesana de Curitiba), **Cesar Rosário Fernandes** (Conselho Regional de Psicologia de Paraná) e **Andressa Gongora Barbosa** (ARAS/Cáritas Maringá). **Colaboradores(as)/Convidados(as): Ana Paula Pina Gaio** (MP/PR), **Claudio Ambrózio** (Conferência dos Religiosos do Brasil e representante do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado do Paraná), **Gabriela Carvalho Teixeira** (CRP-PR), **Claudia Cristina Hoffmann** (MP/PR – CAOP Direitos Humanos), **Kellyane Oliveira** (SEJU), **André Godinho** (SEJU), **Deusa G. T. Rodrigues Favero** (Cáritas Arquidiocesana de Londrina) e **Luis Espinel Vargas** (CEAMIC). No período da manhã, a Conselheira Elizete abriu a reunião, instruindo o andamento da mesma. Em seguida, aconteceram as reuniões das Comissões, que consistiram em análises de protocolos referentes à temática de cada comissão e deveriam resultar em uma síntese dos assuntos tratados para posterior deliberação no plenário, no período da tarde. Fizeram-se presentes, no período da tarde: **Governamentais: Lucimar Godoy** (SESA), **Katyani Ogura da Silveira** (Ccivil), **Maria Tereza Rosa** (SEDS), **Vladimir Luiz de Oliveira** (SESP), **Paulo Henrique Mariano** (SETI) e **Fátima Ikiko Yokohama** (SEJU). **Sociedade Civil: Ozeil Moura dos Santos** (Centro de Integração Social, Cultural, Comercial e Turístico – Afro Brasileiro), **Elizete Sant’Anna de Oliveira** (Serviço Pastoral do Migrante – SPM), **Edésia de Souza Sato** (Pastoral Migratória Arquidiocesana de Curitiba), **Cesar Rosário Fernandes** (Conselho Regional de Psicologia de Paraná), **Luis Espinel Vargas** (CEAMIC) e **Andressa Gongora Barbosa** (ARAS/Cáritas Maringá). **Colaboradores(as)/Convidados(as): André Godinho** (SEJU), **Ana Paula Döring** (O Planeta É Um Só), **Kelvin Yuquimitsu Yamaguti** (MPF), **Ana Paula Pina Gaio** (MP/PR) e **Deusa G. T. Rodrigues Favero** (Cáritas Arquidiocesana de Londrina). **Ausências justificadas: Márcia Terezinha Ponce** (Cáritas Arquidiocesana Londrina), por conta de conflitos na agenda. **1. Abertura:** Cumprimentando a todos os presentes, a Vice-Presidente Elizete abriu a reunião. Logo depois, foi feita a auto-apresentação individual de todos os presentes. A Conselheira Elizete informou a todos sobre quais apresentações haveriam nesta reunião. **2. Aprovação da pauta:** A pauta foi aprovada. **3. Aprovação da Ata:** A Ata foi aprovada, com alguns ajustes. **4. Informes: Secretaria**

4
5
6
7
36 **Executiva – Mesa Diretora – Conselheiros:** A Secretaria Executiva informou que 6 (seis) ofícios foram
37 encaminhados para os órgãos Secretaria de Estado da Cultura (SEEC), Secretaria de Estado de Esporte
38 e Turismo (SEET) e Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP), conforme deliberado na reunião
39 anterior a respeito de contatar via ofício os órgãos com faltas frequentes nas reuniões do Conselho. A
40 Secretaria Executiva informou também que os cartões corporativos estão em seu processo final de
41 tramitação nos órgãos competentes, dizendo que em breve já estarão disponíveis aos Conselheiros e
42 Conselheiras, elucidando que os Conselheiros da Sociedade Civil, tanto os titulares quanto os suplentes,
43 receberão tais cartões. Sobre a ausência do Movimento dos Haitianos de Pato Branco (MHAPA) nas
44 reuniões do Conselho, a Secretaria Executiva comunicou que a organização inteirou que faria uma
45 reunião para decidir os rumos de sua representação no Conselho, mas que, depois deste comunicado,
46 não houve devolutiva desta informação; a representante do MHAPA no Conselho, Elediane, confirmou
47 sua presença na reunião do CERMA/PR, mas não compareceu. A Conselheira Fátima esclareceu que a
48 MHAPA é uma instituição vinculada à Pastoral do Migrante e perguntou se é possível que a Pastoral se
49 articule para solucionar o problema da ausência da MHAPA. A Conselheira Elizete informou que, no
50 período da manhã, uma discussão parecida com a trazida pela Conselheira Fátima havia sido levantada,
51 noticiando que se dispôs, enquanto Vice-Presidente do CERMA/PR, a estabelecer diálogo com a
52 MHAPA, junto com a Conselheira Márcia Terezinha Ponce, que é responsável pela Pastoral do Migrante
53 no nível estadual. A Conselheira Maria Tereza solicitou que fossem discutidas propostas de eventos para
54 os feriados do Dia Mundial do Refugiado, 20/06 (vinte de junho) e Dia Internacional do Migrante em 18/12
55 (dezoito de dezembro). A Presidente Katyani esclareceu que o CERMA/PR é um Conselho que existe há
56 pouco tempo e que ainda não elaborou ou aplicou suas próprias políticas públicas, isto é, seu plano
57 estadual, o qual precisa ser elaborado. Kelvin Yuquimitsu noticiou que foi emitida a Resolução Normativa
58 126/2017, de 3 (três) de março de 2017 (dois mil e dezessete) do Conselho Nacional de Imigração
59 (CNIg), que estabelece novas normas de residência temporária e trabalho para imigrantes de países
60 fronteiriços. A Conselheira Elizete pediu que esta resolução fosse pautada para a próxima reunião, para
61 análise e discussão da mesma, visando a participação da Polícia Federal nesta discussão. A Presidente
62 Katyani esclareceu que a tarefa de análise e estudo e explicação da nova resolução devia ser feita pela
63 Comissão de Direitos e Garantias e, como integrante desta Comissão, A Presidente dispôs-se a fazer
64 esta análise. Na continuidade, a Presidente Katyani solicitou que a Comissão de Comunicação e Eventos
65 encaminhasse via e-mail e fizesse a divulgação da resolução supracitada. **5. Relato das Comissões.**
66 **5.1) Comissão de Direitos e Garantias:** A Conselheira Maria Tereza faz o relato desta Comissão. A
67 Comissão propôs a inclusão das normas de registro, junto às prefeituras, para comércio ambulante no
68 manual a ser editado pelo CERMA/PR, a fim de informar a todos os imigrantes que desejam realizar este
69 tipo de comércio. Dentro disto, sugeriu-se que os órgãos competentes fossem oficiados solicitando as

70 informações de quais são as normas exigidas para o registro de um trabalhador ambulante migrante. A
71 plenária votou a favor desta proposta; requestou a impressão do Guia de Informações e Contatos para
72 Migrantes, Refugiados e Apátridas, em formato de cartilha, para distribuição aos imigrantes; propôs que a
73 próxima reunião fosse feita no Centro de Informações para Migrantes e Refugiados; propôs o envio de
74 um ofício ao CONARE a fim de saber o motivo da demora na emissão de documentos aos refugiados, tal
75 como enviar ofícios a todas as ONGs que tratam do assunto deste Conselho, com o propósito de saber
76 quais são as demandas das mesmas; propôs a criação de um e-mail para a Comissão, com a intenção
77 de centralizar a informação enviada pelas ONGs; solicitou que fosse pedido apoio ao MP/PR para pleitear
78 a casa de passagem e para marcar uma reunião com a Polícia Federal a fim de saber quantos imigrantes
79 entram no Paraná e de que forma são tratados e encaminhados por esta instituição. A Presidente Katyani
80 perguntou quem havia ficado responsável por dar andamento a todas essas propostas e foi respondida
81 pela Conselheira Maria Tereza, que informou ter sido indicada pelo Conselheiro Ozeil para dar
82 andamento a estas demandas. A Conselheira Elizete esclareceu que o Conselho age no âmbito estadual,
83 pedindo que as atividades do CERMA/PR não se resumissem apenas a Curitiba e região metropolitana,
84 mas que todas as regiões do Paraná fossem incluídas. A Presidente Katyani solicitou que demandas
85 importantes como as apresentadas pela Conselheira Maria Tereza fossem incluídas na pauta da reunião
86 e, solicitou também que a Comissão elaborasse as minutas de ofício que desejam enviar à Secretaria
87 Executiva para expedição. A Conselheira Maria Tereza informou que a confecção das minutas ficou a
88 cargo da colaboradora Claudia Cristina Hoffmann. Foi deliberado sobre a metodologia de confecção de
89 ofícios, decidindo-se que as comissões devem, impreterivelmente, elaborar suas minutas, para apenas
90 depois submetê-las à aprovação em plenária e então encaminhá-las devidamente. Quanto à proposta de
91 emissão de ofício ao CONARE, a Conselheira Elizete pediu que o ofício fosse emitido não só para se ter
92 conhecimento da situação dos refugiados, mas também dos imigrantes, por conta de vários processos
93 em andamento. O Conselheiro Ozeil apontou que as ONGs não estão informando o CERMA/PR de suas
94 demandas, expressando seu desejo de pressionar mais as ONGs para que tais demandas sejam
95 encaminhadas. A Presidente Katyani informou que o Conselho não tem a obrigação e nem vias de
96 procurar a todas as entidades para realizar este trabalho, esclarecendo que são as entidades que, ao
97 desenvolverem algum tipo de demanda, devem contatar o CERMA/PR para que possa se tomar as
98 devidas providências. A Conselheira Elizete reiterou a fala do Conselheiro Ozeil, apontando a
99 necessidade de maior comunicação do CERMA/PR com as entidades e a necessidade de aumentar a
100 visibilidade do Conselho à sociedade civil, a fim de mostrar que o Conselho é um importante canal para
101 se trabalhar com entidades de assistência a refugiados, migrantes e apátridas. Sobre a questão da
102 criação de um e-mail para a Comissão de Direitos e Garantias, a Conselheira Fátima expôs que o
103 CERMA/PR como Conselho deve receber todas as demandas e então dividi-las entre as Comissões, não
104 sendo assim possível a criação deste e-mail específico da Comissão. **5.2) Comissão de Comunicação e**



105 **Eventos:** A Conselheira Andressa Gongora realizou a relatoria desta Comissão. A Comissão propôs que
106 fosse encaminhada uma solicitação à SEJU, pedindo pela elaboração de um calendário contendo a
107 programação de atividades artísticas e de expressões culturais, o qual deve ser desenvolvido em
108 conjunto com entidades que representam refugiados, migrantes e apátridas. Propôs-se ainda que tal
109 calendário deva ser enviado para todos os municípios do estado do Paraná. A Conselheira Fátima
110 apontou que a própria Comissão deve organizar o calendário. A Conselheira Katyani informou que a
111 elaboração deste calendário devia ser feita junto à Secretaria de Estado da Cultura (SEEC) e não junto à
112 Secretaria de Justiça, Trabalho e Direitos Humanos (SEJU). A Conselheira Fátima informou que, depois
113 de confeccionado, o calendário deve ser submetido à plenária para aprovação e envio aos municípios
114 paranaenses. A Presidente Katyani noticiou que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP)
115 podia ser contatada a fim de obtenção de informações sobre leis que determinam feriados e
116 comemorações em relação ao objeto de ação do Conselho e, que essas informações estão disponíveis
117 também no site da ACNUR. A Comissão propôs também a criação de um espaço na internet onde as
118 entidades possam compartilhar suas atividades, notícias, eventos, reportagens, entre outros, com a
119 sociedade civil. A Conselheira Fátima informou que deve ser elaborada uma proposta de espaço na
120 internet, a qual deve ser encaminhada à CELEPAR para análise, já que não é possível a criação de
121 páginas governamentais na internet sem a autorização da CELEPAR. A Comissão propôs também
122 convidar a Secretaria de Estado de Comunicação Social (SECS) a fazer parte do CERMAPR, a fim de
123 compor a esta Comissão. A Conselheira Fátima elucidou que, por conta da paridade, algumas Secretarias
124 de Estado não possuem acento neste Conselho, mas que isso não inviabiliza a possibilidade de convidar
125 a SECS para uma conversa para esclarecimentos referentes à publicidade e comunicação do
126 CERMA/PR. Perguntada por outros Conselheiros se é possível que a SECS seja tida como convidada
127 permanente no Conselho, a Conselheira Fátima disse que, se assim o Conselho achar que for
128 importante, não há nenhum motivo para que tal não possa ser feito, assim como informou que o convite
129 tem que ser feito através da presidência do CERMA/PR. A Conselheira Elizete pediu que o convite fosse
130 realizado até a próxima reunião. A Comissão informou o pedido de mudança do nome da Comissão feito
131 pelo Conselheiro Benedito Diniz (SEEC), que deseja mudar o nome desta Comissão para “Comissão de
132 Comunicação e Cultura”, com a justificativa de que este nome abrange mais a área de trabalho da
133 Comissão. A Conselheira Fátima comunicou que não seria possível a mudança de nome porque este
134 nome consta na lei de criação do Conselho e no regimento interno, este último sendo publicado muito
135 recentemente. Fátima informou ainda que, caso a mudança do nome da Comissão seja extremamente
136 necessária, deveria-se rever a lei e o regimento, o que demanda de muito tempo. **5.3) Comissão de**
137 **Gestão da Informação:** O Conselheiro Vladimir realizou a relatoria desta Comissão. A Comissão propôs
138 a criação de uma página do CERMA/PR no site da SEJU, a fim de divulgar o trabalho realizado pelo

139 Conselho; propôs a elaboração de um banco de dados do CERMA/PR, banco de dados este que pode
140 servir de auxílio a todas as instâncias do Conselho. A Presidente Katyani esclareceu que há um custo e
141 para a criação deste banco de dados e tem que haver um projeto para solicitar à CELEPAR. O
142 Conselheiro Vladimir informou que pode fazer este pedido em nome da SESP; propôs confeccionar um
143 modelo de cadastro único, em plataforma digital, baseado no modelo criado pela Conselheira Edésia,
144 modelo este que poderia ser incorporado a todas as instituições da sociedade civil que tratam do
145 atendimento a refugiados, migrantes e apátridas, a fim de uniformizar um banco de dados. O cadastro
146 seria feito de acordo com as demandas das instituições da sociedade civil. A Conselheira Elizete
147 lembrou que em dezembro de 2016 (dois mil e dezesseis), foi solicitado, às instituições da sociedade
148 civil que participam do CERMA/PR, o envio de seus modelos de formulários de cadastro, mas não houve
149 a devida resposta. A Conselheira Elizete ainda sugeriu que esta Comissão ficasse responsável por pedir
150 e receber tais modelos. Por fim, a Comissão propôs também que o convite à Polícia Federal para
151 participação no Conselho seja reforçado, devido à importância da presença deste órgão num Conselho
152 que trata de refúgio, migração e apatridia, requestando ao Conselho que pedisse à PF/PR pela indicação,
153 se possível, de algum servidor da PF/PR. Ainda, foi proposto que as entidades civis organizassem um
154 roteiro sobre documentos requeridos pela PF/PR, para devido registro de migrantes e refugiados, a fim
155 de melhor informar este público. A Conselheira Elizete apontou que esta informação deve fazer parte da
156 formação de todos os Conselheiros, sendo parte importante de domínio de um Conselho que lida com
157 refugiados, migrantes e apátridas. A Conselheira Elizete sugeriu ainda que a assistência jurídica da
158 Cáritas fosse convidada a oferecer formação a respeito dos documentos requeridos aos migrantes e
159 refugiados, pela experiência que a assistência jurídica da Cáritas tem com este assunto; propôs também
160 que fosse designado um representante da SEJU para estabelecer comunicação com a PF/PR. A
161 Conselheira Fátima informou que esta não é uma atribuição da SEJU, mas sim do CERMA/PR.
162 Retomando um encaminhamento anterior, a Conselheira Maria Tereza perguntou a quem deviam ser
163 enviados os e-mail que o e-mail do CERMA concentraria, em relação às Comissões. A Conselheira
164 Andressa pediu para os e-mails sejam enviados a todos os membros da Comissão. A Conselheira Elizete
165 solicitou que em todas as reuniões fosse registrada uma memória, a fim de preservar apenas os
166 encaminhamentos para facilitar a compreensão e a realização das demandas do Conselho. A
167 Conselheira Fátima informou que deve ser providenciado um computador portátil para cada uma das
168 Comissões. A Conselheira Elizete, retomando uma questão da Comissão de Direitos e Garantias, pediu
169 uma resposta ao pedido de impressão do Guia de Informações e Contatos para Migrantes e Refugiados,
170 que se encontra disponível na página da internet da SEJU. A Conselheira Fátima lembrou que, em
171 reunião anterior, já havia sido deliberado que este guia ficaria disponível apenas na internet por conta de
172 seu conteúdo flexível. O Secretário Paulo Henrique sugeriu que a parte gráfica do Guia fosse simplificado
173 para facilitar que os interessados imprimam o guia conforme sua vontade. A Conselheira Elizete retomou



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC
Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR

21
22
23

174 ainda a questão da casa de passagem, perguntando se haveria algum encaminhamento sobre isso. A
 175 Conselheira Maria Tereza informou que a Comissão confeccionará uma minuta de ofício para pedir ao
 176 MP/PR para pleitear este assunto, minuta esta que será apresentada na próxima reunião. **5.4) Comissão**
 177 **de Monitoramento de Políticas Públicas:** Propõe-se que a Mesa Diretora encontre-se com a
 178 antecedência de no máximo 10 (dez) dias antes da próxima reunião deste Conselho para preparação da
 179 reunião, com a intenção de garantir que os membros da Mesa Diretora possam organizar a pauta e os
 180 encaminhamentos. Esta Comissão definiu a data de sua próxima reunião, que será no dia 11 (onze) de
 181 abril às 9 (nove) horas, na SEJU. Sugere-se que a Comissão de Monitoramento de Políticas Públicas se
 182 reúna em outro dia, para além do dia da reunião do CERMA, com o propósito de, no dia da reunião deste
 183 Conselho, que esta Comissão possa compor, como observadora, outras Comissões. Discutiu-se a
 184 necessidade de retomar a questão do Regimento, para esclarecer as funções atribuídas à cada
 185 Conselheiro e das instâncias do Conselho. Também foi reafirmada a necessidade de que o Plano de
 186 Formação seja de fato executado. Foi reiterado o encaminhamento de que a Secretaria Executiva oficie o
 187 Ministério Público do Paraná, convidando-o a proferir palestra sobre o papel do Controle Social de
 188 Políticas Públicas. O Conselheiro Cesar Fernandes ficou responsável de contribuir com o MP/PR para a
 189 construção desta fala. Foi feito o relato de que a Mesa Diretora não reuniu condições de fazer visita
 190 presencial à Polícia Federal para formalizar o convite de participação à reunião. Este encaminhamento foi
 191 reiterado, solicitando que a Mesa Diretora procure fazer uma reunião presencial com a Superintendência
 192 da Polícia Federal, a fim de insistir na importância da participação desta instituição nas reuniões do
 193 Conselho. Foi reafirmado o pedido de que se convide a Polícia Federal para a próxima reunião, para um
 194 ponto de pauta específico para exposição das atividades por eles executadas, as dificuldades que
 195 encontram e as sugestões que eles têm para potencializar estes atendimentos. Sobre o ofício 001/2017
 196 expedido à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária, em 9 (nove) de
 197 fevereiro de 2017 (dois mil e dezessete), solicitando informações sobre a situação carcerária de
 198 migrantes, refugiados e apátridas no Paraná, esta Comissão foi informada pela Secretaria Executiva de
 199 que a SESP ainda não deu resposta ao ofício. A Comissão solicita então que um novo ofício, de mesmo
 200 conteúdo, seja expedido. A respeito do questionário situacional expedido aos municípios paranaenses,
 201 André Godinho informou que não foram recebidas novas respostas. Sugere-se que, após o fechamento
 202 do balanço das apresentações das secretarias, seja retomado este questionário para qualificá-lo e
 203 eventualmente reenviá-lo. Propõe-se que deve ser agendada uma reunião entre o CERMA/PR e a
 204 Comissão de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Curitiba, para apresentação do Conselho, das
 205 demandas dos migrantes, refugiados e apátridas e da necessidade de instalação de um Comitê Municipal
 206 para a política pública deste segmento, com a intenção de estabelecer uma agenda positiva junto à
 207 Prefeitura Municipal de Curitiba e também ao poder legislativo municipal, ficando esta última tarefa sob

Palácio das Araucárias

Rua Jacy Loureiro de Campos s/n, Térreo – Centro Cívico
 Fone: (41)3221-7243 / 3221-7249 - CEP 80530-915 - Curitiba/PR

24

208 responsabilidade de André Godinho. A Conselheira Fátima pontuou que o questionário foi pensado para
209 subsidiar justificativa da atualização do Plano Estadual de Políticas Públicas e que o questionário foi
210 enviado em época de troca de gestão da prefeitura dos municípios, diminuindo a chance de resposta. A
211 Conselheira Elizete expôs a necessidade de dialogar também com as prefeituras de outras cidades do
212 Paraná. Na continuidade, a Conselheira Elizete esclareceu que, devido a um incêndio recente no prédio
213 da PF/PR, este órgão ficou por um período de aproximadamente 20 (vinte) dias sem exercer suas
214 atividades normalmente, mas que, mesmo assim, foi feito o convite, pessoalmente, à participação da
215 Polícia Federal nas reuniões deste Conselho, informando que, devido ao incêndio, não foi possível que a
216 PF/PR participasse desta reunião. Esta Conselheira também informou que já foi definida a data para a
217 reunião desta Comissão, expondo que será no dia 11 (onze) de abril, às 09h30 (nove e trinta). **6.**
218 **Apresentação dos balanços: SEJU (DET - DEDIHC) e SEDS:** André Godinho fez uma breve
219 apresentação sobre a atuação da SEJU até o presente momento quanto ao assunto “migração, refúgio e
220 apatridia”, esclarecendo algumas questões feitas pelos Conselheiros presentes. A Professora Fátima fez
221 uma breve explanação sobre como se deu o processo de construção do Centro de Informação ao
222 Migrante. A Conselheira Maria Tereza fez uma breve exposição sobre a atuação da SEDS quanto ao
223 assunto deste Conselho, respondendo a todos os questionamentos feitos pelos Conselheiros presentes.
224 **7. Encerramento:** Ana Paula Döring informou sobre um haitiano que encontra-se em situação de rua e
225 de drogadição, nesta cidade, caso este que está sendo acompanhado pela Fundação de Ação Social
226 (FAS). André Godinho esclareceu que este caso deve servir como paradigma para o trabalho do
227 CERMA/PR na questão de políticas públicas, mas que o Conselho não tem como propósito tratar de
228 casos individuais. Ana Paula Gaio solicitou que esta ocorrência fosse devidamente encaminhada ao
229 MP/PR, para que este órgão possa acompanhar o caso. André Godinho apontou a falta de
230 comparecimento da Defensoria Pública da União (DPU) nas reuniões, explicando sobre um caso de um
231 imigrante que foi preso ilegalmente na cidade de Paranaguá. André solicitou então à Mesa Diretiva que
232 convidasse a DPU a participar do Conselho. A Conselheira Fátima informou que, recentemente, fez
233 contato com a DPU e lhe foi informado que a DPU não está recebendo a convocação para participar das
234 reuniões do CERMA/PR. André comunicou que verificou junto à Secretaria Executiva e a DPU havia sido
235 informada previamente das reuniões. A Conselheira Elizete noticiou a nova campanha da Cáritas que
236 discorre sobre a guerra na Síria, solicitando ao Conselho que apoiasse a campanha através de meios
237 digitais. A Conselheira Elizete perguntou a todos se seria possível que a próxima reunião fosse realizada
238 no Centro de Informação ao Migrante, mas os Conselheiros não aprovaram. A Conselheira Elizete pediu
239 então que os Conselheiros ficassem atentos pois o local de realização da próxima reunião poderia mudar.
240 Sem mais assuntos a serem tratados, a reunião foi concluída. A Presidente Katyani agradeceu à
241 presença de todos, encerrando a reunião. A presente Ata foi lavrada pelo Núcleo de Assessoramento aos



29

30

31

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC
Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR

242 Conselhos – Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DEDIHC) e, após sua leitura e aprovação,
243 será anexada à cópia da lista de presença assinada pelos integrantes presentes nessa reunião.